

FHC vai usar todas as armas para impedir alta de preços, diz Amaral

Entre elas estão a redução do Imposto de Importação e punições com base na Lei Antitruste

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – A idéia de costurar um pacto foi sugestão dos próprios empresários, disse o embaixador Sérgio Amaral, porta-voz da Presidência da República. Ele informou que, na sexta-feira, o ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, Celso Lafer, esteve na Fiesp para tratar do pacto. “O governo fará o que der para segurar o repasse (do aumento de custo decorrente da desvalorização cambial) aos preços”, disse o porta-voz. “É preciso que os empresários também façam um esforço.”

Segundo Amaral, o governo “será duro” no uso dos instrumentos disponíveis para coibir abuso de preços. “A redução das alíquotas do Imposto de Importação, se for necessária, será feita.” Ele disse que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) será rigoroso na aplicação das punições previstas na Lei Antitruste. O Cade pode multar em até

30% do faturamento as empresas que formem cartel (um grupo reajusta preços ao mesmo tempo e no mesmo índice) ou que se utilizem sua posição predominante no mercado para impor preços. Em caso de reincidência, a multa vai a 60% do faturamento.

Congelamento – Na opinião do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, da Tendências Consultoria Integrada, o problema de o governo usar instrumentos que desestimulam a elevação de preços é a sensação de volta ao passado. Ele disse que o aumento da inflação, decorrente da desvalorização cambial, está reacendendo nas empresas o temor da volta do controle de preços e salários. “Vários clientes me pedi-



Sérgio Amaral, porta-voz da Presidência: “É preciso que os empresários também façam um esforço para impedir a elevação dos preços”

Daniel Garcia/AE

EMPRESAS TEMEM VOLTA DO CONTROLE DE PREÇOS

ram para avaliar essa possibilidade”, comentou. A volta do congelamento ou do tabelamento foi totalmente rejeitada pelo secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considera.

Mailson não acredita que haja necessidade de congelamento, pois os preços não voltarão a ser corrigidos automaticamente. “A economia está desaquecida, os graus de competição hoje são bem maiores e não temos uma política de reajustes salariais”, enumerou. “Assim, não tem indexação que dê certo.” Em outras palavras, a prática de elevar sistematicamente os preços não encontrará espaço nas atuais condições da economia. Quanto maiores os reajustes, menores as vendas, pois os consumidores não terão aumento em seus salários para acompanhar a escalada dos preços.

“Mas a volta da inflação é inexorável”, observou o ex-ministro. O próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, considerou “razoáveis” as estimativas de uma inflação na casa dos 6% a 7%, diante de uma inflação não superior a 2% registrada no ano passado. Nas contas de Mailson, a taxa anual será de 8%, se a desvalorização cambial ficar em 40%. A equipe econômica do governo sabia que, ao permitir a desvalorização cambial, haveria crescimento nos índices de inflação. Essa era a principal crítica utilizada pelos que se opunham à mudança na política de câmbio.

Juros – “O instrumento de eficácia indiscutível para evitar o repasse da desvalorização cambial aos preços é a política monetária”, afirmou o ex-ministro. Ou seja, o governo deverá manejá-las para impedir o aumento dos preços.

“As taxas de juros continuarão altas por algum tempo, seja para inibir o repasse, seja para contribuir para a estabilidade da taxa de câmbio”, prevê. Mailson acha pouco prováveis as estimativas de que os juros estarão num nível bem mais baixo em três meses, ou que estarão num nível de Primeiro Mundo em um ano.